

ATA 1277 DA SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 8ª REGIÃO, REALIZADA NO DIA 26 DE FEVEREIRO DE 2022.

Aos dias vinte e seis de fevereiro de dois mil e vinte e dois, às nove horas, foi realizada a reunião do Conselho Pleno, do Conselho Regional de Serviço Social da 8ª Região, na plataforma Google Meet de reunião virtual, considerando as medidas de segurança impostas pela pandemia de Covid-19. A pauta da reunião foi Resolução das Diárias; Organização das entregas dos DIPs; Processos da CAFI - Cielo, prazos e contratações; Implanta - Novas abas contratadas; Nova Denúncia sobre o processo seletivo realizado; Repasses da reunião de comunicação; Escala das funcionárias; Novas reuniões com ILAES; Licença da conselheira Ágata e Informes. Participaram da reunião as/o conselheiras/o: Ágata Parentes Ferreira, Evandra Maria Alves da Luz, Gislaine Andrea Almeida Medeiros, Joelma Santos da Silva, Karina Aparecida Figueiredo, Lucas Elpídio Ramos da Silva, Lucci Del Santos Laporta, Maria Isabel Megres de Sousa, Paulla Kalliny Moura Cronemberger, Pietra Soares da Silva, Shirlei Pereira Gomes dos Santos, Tatiane Pereira da Costa, Valneia Martins da Silva, e justificaram ausência as conselheiras Ester Dantas de Moura e Rosangela de Fátima Baía Ferreira. A reunião foi conduzida pela presidenta Karina Aparecida Figueiredo. A conselheira Lucci pediu para acrescentar na pauta a troca de coordenação das comissões de ética de direitos Humanos e Permanente de Ética. Informou que o CRESS não tinha sistema da Implanta que permite adiantar processos éticos de forma virtual, que já foi pago o sistema mas ainda não foi implementado. Disse que o CFESS autorizou a volta dos trabalhos presenciais e na terça-feira da semana passada seu reuniu com a conselheira Tatiane e a Isa (quem é?) e decidiram que, por questão de disponibilidade, a conselheira Lucci ficará na coordenação da CPE e a conselheira Tati mudará para a coordenação da comissão de Ética e Direitos Humanos. Quanto ao curso Ética em Movimento, disse que o CRESS já sofreu sanção e pode sofrer novamente pela não realização do curso. Que falou com a Marina, que é a profissional responsável pela multiplicação, e ela prometeu enviar o projeto na quarta-feira, mas não enviou. Disse que conversou com ela se existe algum problema pessoal, que socializasse para que seja levada a resposta ao CFESS. Disse que é preciso conversar com o CFESS para explicar a situação e ver se outra assistente social do DF ou de fora para realizar o curso e caso o CFESS determine que isso tem que ser feito pela Marina, o CRESS deve buscar apoio jurídico para enfrentar a sanção do CFESS, pois é um problema que não é da gestão. Disse que não temos mais que ficar pressionando a Marina e nem esperar que ela assuma o compromisso. A conselheira Tatiane disse que vai conseguir agregar mais na comissão de Ética e Direitos Humanos e que a Lucci já está bem inteirada sobre os processos da CPE. Informou que já foi feito relatório sobre a participação da Marina no pleno quando ela apresentou a proposta do curso. Disse que além da Marina, outra pessoa que fez o curso foi a Fernanda Fernandes e que isso será socializado na reunião com o CFESS. A presidenta Karina informou que será encaminhado Ofício ao CFESS, explicando os motivos da não realização do curso, ressaltando que foram feitas diversas tentativas de contato e apoio da Marina, mas não tivemos resposta. A conselheira Isabel disse que teve uma reunião da CPE e teve a participação do assessor jurídico e ele disse que pode haver punição e que é preciso fazer uma notificação formal para a profissional, sobre as sanções que podem recair sobre ela. A conselheira Lucci disse que é importante ter contato com a Fernanda Fernandes, antes de seguir com as sanções. A conselheira Tatiane disse que antes é preciso conversar com o CFESS,

para ver se há outras opções. A presidenta Karina questionou se terá mais mudanças de coordenação de comissões e foi lembrado que a Rosângela sinalizou que vai pedir licença e que é preciso pensar na nova coordenação da COFI. Sobre a resolução das diárias, a presidenta Karina informou que teve reunião com o assessor jurídico Rafael na segunda-feira e ele fez algumas ponderações sobre as determinações do TCU. Disse que precisamos aprovar valores, entre outras coisas que dependem da decisão da gestão, para posteriormente a assessoria jurídica conferir o texto da minuta, se atende ao que o TCU exige. Informou que a resolução anterior foi suspensa porque estava com problema de nomenclatura e houve alerta da assessoria jurídica sobre o risco do TCU abrir auditoria contra o CRESS e, desde a suspensão, tem sido feito somente o ressarcimento de despesas. A conselheira Tatiane fez a apresentação da minuta na tela e a conselheira Joelma informou que o GT havia sugerido na minuta e que a nomenclatura do benefício seria ajuda de custo, e o ILAES analisou a minuta, mas não fez muitas contribuições e o GT fez pesquisa nas resoluções de outros conselhos profissionais e normativas do TCU e chegou à nomenclatura do Auxílio representação e explicou que o CFESS veda a utilização da nomenclatura Jetons. Disse que ficou diferenciado na minuta que as diárias serão pagas somente quando houver saída do DF e o Auxílio representação será para custear as ações dentro do DF, sejam presenciais ou remotas. Fez leitura dos valores sugeridos para o auxílio representação. Também apresentou a sugestão de limite máximo de oito reuniões remotas por mês para os membros da diretoria e o máximo de quatro reuniões por mês para os demais. A presidenta Karina fez a leitura do artigo que o assessor jurídico acrescentou, considerando a necessidade de abrir exceção quando for preciso ultrapassar o limite de eventos/atividades mensais. A conselheira Joelma sugeriu que seja feita alteração do quantitativo de reuniões mensais, considerando a realidade atual da comissão de inscrição. A conselheira Karina pediu para as conselheiras se inscreverem para apresentar suas sugestões e ressaltou que é preciso normatizar isso porque temos o direito de ter esse apoio financeiro do CRESS para as atividades que temos realizado. A conselheira Pietra sugeriu que o valor de cento e vinte reais para as atividades presenciais é um valor aceitável, assim como o valor de cinquenta reais para as reuniões remotas acima de três horas, mas considera que seja pago vinte e cinco reais somente para reuniões superiores a uma hora. Considera que a quantidade de 16 reuniões sugeridas pelo artigo feito pela assessoria jurídica é muito alta. A conselheira Valneia disse que concorda com o valor de cento e quarenta reais, mas que se pode se pensar em aumentar. Considera que é preciso excluir as funcionárias do direito ao auxílio representação, uma vez que já recebem hora extra ou banco de horas, caso trabalhem fora do horário de expediente. A conselheira Gislaine também concorda com a conselheira Valneia e considera que não é viável o valor inferior a cento e quarenta reais de auxílio representação presencial e sugeriu que se retire o artigo que diferencia o valor de auxílio representação presencial para quem reside na região administrativa do CRESS, que a quantidade de reuniões seja igualada entre diretoria e os demais conselheiros e sugere que o valor de vinte e cinco reais para atividade remota inferior a três horas, seja aumentado para trinta e cinco reais. A conselheira Joelma esclareceu que a minuta sugere que o pagamento seja feito com antecedência de 48 horas e que a assessoria jurídica disse que há possibilidade de ressarcimento, caso não seja solicitado com a devida antecedência. A conselheira Shirlei disse que o valor de cento e quarenta reais para atividades presenciais é viável, sugere que a definição de setenta reais para quem reside na região administrativa do CRESS precisa ser adequado considerando as Regiões Administrativas que também ficam perto do CRESS. Sugeriu que seja pago o valor de trinta reais para reuniões

inferiores e três horas. A conselheira Pietra disse que é preciso pensar no alcance financeiro do CRESS, pois as despesas não podem ser maiores que a receita. A conselheira Lucci disse que deve ser levado em consideração o que a conselheira tesoureira traz e que deve ter ressarcimento de aplicativo de transporte para quem não possui carro. Em seguida informou sua saída da reunião porque precisa trabalhar. A conselheira Karina disse que todos os conselhos devem ter previsão orçamentária para esses benefícios e que o valor de cento e quarenta reais é possível de praticar e concorda que funcionários só devem ser contemplados nos benefícios pagos para eventos fora do DF e concorda com a mudança para até oito eventos para todos. A conselheira Valneia, propôs que o valor a ser pago para as atividades presenciais seja alterado para cento e cinquenta reais, com possibilidade a ressarcimento de despesa se o gasto for superior. A presidenta Karina disse que é melhor manter um valor fixo sem possibilidade de variação, sugeriu que o prazo de pagamento seja reduzido para vinte e quatro horas. Em seguida colocou em votação sobre ajuste do texto de retirar o limite de quatro atividades por mês e ampliar para oito, contemplando todos e não somente a diretoria e foi aprovado. A segunda votação foi sobre o valor para pagamento do auxílio representação para atividades presenciais fora da região administrativa do DF e a maioria aprovou a proposta do valor de cento e cinquenta reais. Também foi aprovado que sejam retirados as funcionárias do direito ao auxílio representação. A conselheira Pietra sugeriu e houve aprovação sobre a proposta de suprimir o artigo que prevê pagamento de setenta reais para quem reside na região administrativa do CRESS e incluir todas as regiões administrativas no pagamento de auxílio representação no valor de cento e cinquenta reais para atividades presenciais. A presidenta Karina ressaltou que sempre será preciso apresentar comprovação e prestação de contas. A conselheira Ágata questionou como deve ser feita a prestação de contas, quando por exemplo, ocorrer uma atividade de mutirão, se será preciso emitir relatório. A conselheira Tatiane informou que qualquer atividade deve ter motivação e precisa ter convocação ou outras documentações comprobatórias, considerando a orientação da assessoria jurídica de que tudo seja devidamente documentado, para fins de pagamento desses benefícios, pois sem a prestação de contas, terá que devolver os valores recebidos. A conselheira Valneia questionou como será a forma de solicitação e a conselheira Pietra disse que pode ser feita a solicitação via e-mail, com antecedência, para que possa ser pago em até 24 horas antes da atividade. A conselheira Tatiane completou informando que o prazo de prestação de contas previsto é de trinta dias. A presidenta Karina disse que ainda será preciso construir um fluxo sobre a forma de solicitação do auxílio representação, pois será preciso conversar com a assistente contábil para organizar esse processo de gestão. Disse que possivelmente até 15 de março será preciso aprovar a resolução com a devida definição do fluxo de solicitação do auxílio representação. Informou que serão feitos os ajustes no texto e envio para análise da assessoria jurídica, para que seja possível colocar em vigor a partir do dia 15 de março. A presidenta Karina disse que devido ao avançado da hora, será preciso manter somente os pontos de pauta mais urgentes e deixar os demais para outra reunião. A conselheira Tatiane disse que o tema sobre a orientação da entrega dos DIPs precisa ser tratado em outra reunião com mais tempo, com a devida importância e necessidade e a presidenta Karina propôs um pleno extraordinário só para falar sobre esse tema e ficou encaminhado que esse pleno será no dia 14/03/2022. A conselheira Shirlei disse que já foi solicitado o treinamento sobre o novo sistema de operacionalização da nova ferramenta do DIP. A conselheira Paulla esclareceu que o CFESS enviou um documento cobrando a utilização da nova ferramenta de cadastro do DIP, alegando que já foi feito o treinamento, porém no período

do treinamento, a funcionária Márcia estava em férias e ninguém do CRESS/DF participou, por isso foi solicitado o treinamento ao CFESS. Disse ainda que a assessora de comunicação Natália, solicitou a contratação de pacote gráfico para utilizar nas publicações do CRESS, mas ao fazer a análise do contrato da assessoria de comunicação junto com a conselheira Pietra, verificou que consta no contrato que o CRESS não pode disponibilizar equipamentos ou ferramentas para execução do objeto do contrato e, com isso precisa dar uma resposta para a Natália. Questionou se a gestão tem interesse em autorizar a contratação desse pacote gráfico para ter disponível no CRESS para quem precisar utilizar. A conselheira Pietra esclareceu que esse pacote não pode ser adquirido para ser instalado no computador da Natália e que no contrato dela está previsto que ela tem que ter todas as ferramentas para atender as demandas do CRESS e, portanto, ela que tem que adquirir esse pacote. A conselheira Shirlei disse que concorda que a Natália tem que dispor dos instrumentos que precisa para trabalhar. A conselheira Pietra aproveitou para propor que seja feita a leitura dos contratos para termos ciência do que precisa ser cobrado dos contratados, pois observou que tem uma série de dispositivos dentro do contrato da assessoria de comunicação que podem ser feitos por ela, e assim evitar a contratação de outros serviços terceirizados. A presidenta Karina disse que o CRESS não pode adquirir o pacote gráfico que a Natália precisa, uma vez que são ferramentas que não são necessárias ao CRESS, pois não há quem saiba utilizar. A conselheira Paulla disse também que conversou com a Natália sobre as demandas do site, que analisou as propostas e mais barata foi seis mil reais, a proposta intermediária foi dezesseis mil reais e a mais cara foi vinte mil reais, porém considera que precisamos de outras propostas para seguir com essa ideia da reformulação do site, porque não existe necessidade de programação, apenas de mudança na parte gráfica. Disse que ficou de abrir processo de carta convite para imobiliárias, acerca do processo de aquisição da nova sede, porém não houve tempo, devido as demandas de respostas ao CFESS sobre a Lei Geral de Proteção de Dados, uma vez que o CFESS tem feito uma série de exigências como, contratação de um Técnico em Informática, aquisição de uma máquina fragmentadora de papel e uma série de implementações, com prazo para cumprimento. Além disso, disse que em reunião do Conselho Fiscal, o assessor contábil disse que não pode ser feita a aquisição de nova sede sem antes fazer a reformulação orçamentária deste ano. A conselheira Valneia lembrou que além de se prever o valor de compra da nova sede, é preciso pensar também em outras despesas que vêm junto com a aquisição de um imóvel. A conselheira Shirlei disse que solicitou parecer da assessoria jurídica acerca da assinatura digital para saber qual a melhor solução. A conselheira Paulla lembrou que a presidenta Karina não pode utilizar assinatura digitalizada. A conselheira Pietra disse que a Implanta deveria disponibilizar para as conselheiras, um meio de gerar assinatura digital. A conselheira Paulla disse que as funcionárias Márcia e Grace informaram que a Implanta disponibiliza assinatura para alguns tipos de documentos que são emitidos, mas não contempla todos os documentos que a presidenta Karina precisa assinar. A conselheira Pietra disse que o ideal é que a assinatura seja feita de forma presencial. A presidenta Karina disse que sempre vai ao CRESS ou o estagiário leva os contratos que precisa assinar, mas que geralmente utiliza sua assinatura digitalizada, nos Ofícios que vão por e-mail, mas já observou que presidentes de outros conselhos utilizam assinatura digital. Questionou porque foi solicitado parecer jurídico sobre a assinatura digital e a conselheira Shirlei disse que existem várias empresas e que é preciso saber se o token da assinatura deve ser pelo CPF da presidenta ou pelo CNPJ do CRESS. A conselheira Pietra disse que é pelo CPF da pessoa responsável pelo CNPJ do CRESS. A Karina disse que a Implanta deve ter uma forma de fazer isso

e que tem que pedir à Grace que envie um e-mail para Implanta sobre a forma de fazer a assinatura digital de quem precisa assinar documentos do CRESS. As conselheiras Pietra e Paulla disseram que providenciarão o envio de e-mail para a Implanta e a presidenta Karina disse que tem que enviar com cópia para o CFESS, pois é preciso que respondam qual a solução para isso. Ressaltou que tudo que for enviado à Implanta, é preciso enviar com cópia para o CFESS, uma vez que os problemas são muitos e o CFESS não ajuda a resolver. A conselheira Paulla disse que pretende fazer um documento elencando todos os problemas da Implanta e sugeriu reunião para que cada representante das comissões tragam os problemas que vem acontecendo. A conselheira Tatiane questionou sobre o andamento da contratação do Sisdoc, pois precisa do sistema para a Comissão Permanente de Ética. A conselheira Pietra disse que a Implanta já enviou os contratos, mas não respondeu porque estava viajando e disse que vai encaminhar tudo e entregar para a presidenta Karina assinar. A conselheira Gislaine disse que é preciso aprovar a Ata do último pleno, onde houve aprovação da prestação de contas do quarto trimestre de 2021, pois é preciso emitir resposta ao CFESS. A conselheira Pietra disse que a conselheira Rosângela não está presente e a conselheira Shirlei disse que ela informou que ainda está finalizando a Ata. A conselheira Pietra disse que na Ata do pleno anterior, também foi aprovada a prestação de contas do segundo trimestre. A conselheira Valneia solicitou que não haja desorganização dos documentos físicos da pasta do conselho fiscal. A conselheira Paulla disse que também é preciso ter cuidado com os avisos de recebimento dos correios, pois um foi extraviado e outro foi encontrado em lugar inadequado e foi preciso fazer uma longa busca do AR pelo sistema dos correios, para comprovar que os Ofícios da COFI foram entregues. Também disse que a agente fiscal fez solicitação do levantamento para o pagamento da gratificação de titulação e o assessor contábil disse que não há previsão orçamentária para isso. A presidenta Karina disse que foi pedido ao assessor jurídico um estudo orçamentário, pois já sabemos que não está no orçamento, mas precisamos de um estudo da possibilidade do CRESS pagar esse benefício às funcionárias, um parecer contábil sobre ter condições de manter esse pagamento ao longo dos anos. A conselheira Paulla disse que vai informar para o assessor contábil sobre a forma que estamos pensando como valor máximo para a gratificação de titulação e pedir que faça esse parecer a partir da arrecadação dos últimos cinco anos, pois é importante definir isso, antes da reformulação orçamentária. A conselheira Pietra disse que tem que fazer aditivo ao contrato do serviço de limpeza, com aumento com base no INPC e que também precisa analisar o percentual de aumento da assessoria jurídica. A presidenta Karina disse que houve uma reunião com o assessor jurídico e pediu que ele apresentasse nova proposta de contrato, contemplando uma assessoria mais próximo e célere, considerando que o valor pago atualmente, não permite isso e que há muitas demandas do CRESS que precisam desse serviço com mais frequência. A conselheira Tatiane informou que houve nova denúncia contra o CRESS, sobre o processo seletivo feito na gestão anterior, de contrato de agente fiscal e assistente financeiro, na qual houve questionamento se foram respeitadas as fases de contratação e se foram respeitados os requisitos solicitados. A conselheira Joelma solicitou saída do GT de compra da nova sede. As conselheiras Tatiane e Shirlei desabafaram sobre os percalços de estar na gestão do CRESS, da falta de compreensão da categoria que muitas vezes se mostra agressiva e sem empatia e não percebem os esforços e desgastes que se temos para atender as demandas. A conselheira Tatiane pediu que haja resistência para continuar na gestão até o fim, para assim evitar mais sobrecarga para quem continuar na gestão. A conselheira Pietra informou que a assistente social, agente fiscal do CRESS Paraná, que estava com processo de

remoção judicial para trabalhar no CRESS-DF, perdeu o recurso. A conselheira Gislaine disse que fez uma pesquisa sobre uma demanda que chegou por e-mail sobre uma profissional que exerceu a profissão no MPU do Rio Grande do Sul por mais de três anos, mantendo o registro do CRESS-DF. Disse que vai ser enviado Ofício ao MPU questionando sobre aceitação de uma profissional com registro de outra localidade e por quanto tempo ela exerceu a profissão com o registro do DF. A presidenta Karina disse que a agente fiscal pode enviar o Ofício, sem necessidade de parecer jurídico. Sobre o dia internacional da mulher, a presidenta Karina informou que há duas propostas, sendo que uma veio da conselheira Tatiane, de se fazer campanha visual com fotos das conselheiras do CRESS-DF em seus ambientes de trabalho e a assessoria de comunicação faria uma galeria para colocar nas redes sociais do CRESS e também tem a proposta da conselheira Lucci sobre o fim do Bolsa família e o impacto para as mulheres, com fala de uma profissional da assistência social e de duas usuárias. A conselheira Joelma disse que conhece uma assistente social do CRAS e que vai ver a possibilidade dela contribuir com a fala e indicando as duas usuárias. A presidenta Karina disse que seria bom também ter a fala de um especialista falando sobre o fim do Bolsa Família e a conselheira Joelma sugeriu a Lucia Lopes e a presidenta Karina disse que vai ver se a conselheira Lucci poderá fazer esse convite. Sobre a escala das funcionárias, a presidenta Karina disse que informou para elas que será preciso aguardar os índices da pandemia, após o feriado de carnaval. Deu boas vindas a conselheira Ágata, que está retornando da licença. E nada mais havendo, a Senhora Presidenta Karina Aparecida Figueiredo, deu por encerrada a Sessão Plenária Ordinária do Conselho Pleno, tendo a 1ª Secretária, Joelma Santos da Silva, redigido, lavrado e assinado a presente Ata.